



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA**  
**CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**ROSELICE FURTADO DE JESUS**

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DO SISTEMA  
DE AVALIAÇÃO DO MEC.**

**BELÉM**

2018

**ROSELICE FURTADO DE JESUS**

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DO SISTEMA  
DE AVALIAÇÃO DO MEC.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à faculdade de biblioteconomia do Instituto de Ciências sociais aplicadas da Universidade Federal do Pará-UFPA, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de bibliotecária

Orientador: Prof. Me. Williams Jorge Pinheiro.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

F992b Furtado de Jesus, Roselice.  
a biblioteca universitária no contexto de avaliação do mec / Roselice Furtado de  
Jesus. — 2018.  
42 f.

Orientador(a): Prof. Me. Williams Jorge Pinheiro  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de  
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

1. avaliação. 2. biblioteca universitária. I. Título.

CDD 378.01

---

**R0SELICE FURTADO DE JESUS**

**A Biblioteca universitária no contexto do sistema de avaliação  
do Mec.**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado para obtenção do título de  
Bacharel em Biblioteconomia, Instituto  
de Ciências Sociais Aplicadas,  
Universidade Federal do Pará.

Data da aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_ Orientador

Williams Jorge Corrêa Pinheiro  
Mestre em Políticas Sociais e Cidadania  
Professor adjunto da UFPA

\_\_\_\_\_ Membro

Hamilton Vieira Oliveira  
Doutor em Ciência da Informação  
Professor associado da UFPA

\_\_\_\_\_ Membro

Telma Socorro da Silva Sobrinho  
Mestre em Ciência da Informação  
Professora adjunta da UFPA

## RESUMO

Trata de uma análise de como se dá a avaliação das bibliotecas dentro de uma unidade de ensino superior uma pesquisa totalmente relevante para o profissional da área da informação responsável pela adequação da biblioteca a fim de se tornar suporte informacional para os cursos ofertado dentro da unidade, ao passar por avaliação indispensável a toda unidade de ensino superior, este trabalho traz subsídios e informações conforme os critérios de avaliação, como metodologia foi realizada pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica do trabalho e também em atendimento ao objetivo específico de se identificar a legislação de avaliação do MEC aplicável a biblioteca universitária.

Palavras-chave: Avaliação, Biblioteca universitária, Profissional Bibliotecário.

## **Abstract**

It is an analysis of how the evaluation of libraries within a unit of higher education is a totally relevant research for the professional of the information area responsible for the adequacy of the library toIn order to become an informational support for the courses offered within the unit, when passing through an indispensable assessment to all units of higher education, this work brings subsidies and information according to the evaluation criteria, as methodology was carried out bibliographical research for theoretical foundation of work and also in response to the specific objective of identifying the evaluation legislation of the MEC applicable to the university library.

Keywords: Evaluation, University library, Professional Librarian.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido a oportunidade de chegar até aqui e ter me dado autocontrole e paz de espírito necessário para superar todos os obstáculos imposto.

A minha família por todo o apoio necessário.

Aos meus pais Rosilândia de Jesus e João de Jesus que sempre foram exemplos de superação para mim.

Aos meus filhos Cibelly e Caio presentes de Deus em minha vida.

A minha amiga Patrícia Freire amiga que a Ufpa me deu e que vou levar para toda vida, minha parceira e confidente e que está nesse momento passando por uma perda bem difícil, mais sei que Deus irá conforta-lá.

Ao Prof°.Orientador Williams Jorge pela ajuda e esclarecimentos sempre muito importantes na elaboração deste trabalho.

A todos os professores da Faculdade de Biblioteconomia pelos ensinamentos e contribuições valiosas a mim transmitidos no decorrer do curso.

Agradeço a todos que passaram em minha vida que acreditaram ou não no meu potencial, mais me ajudaram de alguma forma para que chegasse até aqui.

Muito obrigada!

## Sumário

1 Introdução.....	9
2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES) .....	10
OBJETIVOS.....	16
Objetivo geral.....	16
Objetivos específicos.....	16
PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
METODOLOGIA.....	18
REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
3 A avaliação da biblioteca universitária.....	23
4 Considerações Finais .....	35



## 1 Introdução

De acordo com dados do MEC o ensino superior teve seu desenvolvimento inicial vagarosamente; a primeira universidade brasileira foi fundada somente em 1920.

No ano de 1931 foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, Somente em 1968 a Lei da Reforma Universitária foi aprovada, estabelecendo as IES como se conhece hoje.

De acordo com o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação superior tem as seguintes finalidades:

I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços

especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Fazem parte da educação superior no Brasil os seguintes cursos e programas: cursos sequenciais por campo de saber e graduação, para aqueles que tenham concluído etapa anterior da educação, o ensino médio ou modalidade equivalente, e tenha passado por processo seletivo; pós-graduação, como mestrado, doutorado, especialização etc, para aqueles que possuam diploma de graduação e se adequem as exigências das instituições de ensino; e programas de extensão propostos pelas IES (BRASIL, 1996).

Morosini (2014) discute a educação superior no Brasil e a qualidade da educação a partir de novas perspectivas, que convergem diretamente com concepções e tendências históricas.

## **2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)**

A partir da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, foi instaurado o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior com o objetivo de assegurar o processo de avaliação das instituições de ensino superior, dos seus cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus alunos. O SINAES é coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), comissão de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Suas finalidades são:

*[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos*

*valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004).*

Através da avaliação do SINAES que se dá o processo de regulação e supervisão da educação superior. Seus resultados tornam-se referência para o credenciamento, sua renovação e eventual descredenciamento das instituições de educação superior e de seus cursos de graduação. É dever do SINAES assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – O caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – O respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – A participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações (BRASIL, 2004).

De acordo com o MEC, o SINAES usa alguns instrumentos para avaliação institucional:

- Auto avaliação – conduzida pela Comissão Própria de Avaliação onde cada instituição realizará uma avaliação, que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação. A auto avaliação articula um auto estudo segundo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo. O relatório de auto avaliação deve conter todas as informações e demais elementos avaliativos constantes do roteiro comum de base nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que a IES pretende empreender em decorrência do processo de auto avaliação, identificação dos meios e recursos necessários para a realização de melhorias, assim como uma avaliação dos acertos e equívocos do próprio processo de avaliação.

- Avaliação externa - Essa avaliação é feita por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias.

- Censo - O Censo é um instrumento independente que carrega um grande potencial informativo, podendo trazer importantes elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, o Estado e a população em geral. Por isso, é desejável que os instrumentos de coleta de informações censitárias integrem também os processos de avaliação institucional, oferecendo elementos úteis à compreensão da instituição e do sistema. Os dados do Censo também farão parte do conjunto de análises e estudos da avaliação institucional interna e externa, contribuindo para a construção de dossiês 30 institucionais e de cursos a serem publicados no Cadastro das Instituições de Educação Superior.

- Cadastro - De acordo com as orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da CONAES, também serão levantadas e disponibilizadas para acesso público as informações do Cadastro das IES e seus respectivos cursos. Essas informações, que também serão matéria de análise por parte das comissões de avaliação, nos processos internos e externos de avaliação institucional, formarão a base para a orientação permanente de pais, alunos e da sociedade em geral sobre o desempenho de cursos e instituições (BRASIL, 2013).

A avaliação é dividida entre auto avaliação e uma avaliação externa feita no local da instituição. A auto avaliação é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída nas IES para conduzir os processos da avaliação interna, sistematização e coleta de dados. Para a avaliação in loco, são realizadas visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

A biblioteca universitária está inserida na dimensão de número 7, Infraestrutura física, que analisa a infraestrutura voltada para o ensino e a pesquisa, a biblioteca e os recursos de informação e comunicação.

Em recente atualização, feita em agosto de 2014, o MEC elaborou novo instrumento de credenciamento e credenciamento de instituição de ensino superior, que agora conta com cinco eixos que correspondem às dez dimensões expostas anteriormente.

No novo documento de credenciamento e reconhecimento das IES, a biblioteca continua inserida na dimensão da infraestrutura física, que agora é o eixo de número 5, que verifica as instalações administrativas, as salas de aula, os auditórios, as salas dos professores, os espaços destinados ao atendimento de alunos e para as CPAs, os gabinetes para professores que trabalham em tempo integral, as instalações sanitárias, a biblioteca, sala de apoio de informática, recursos de tecnologias de informação e comunicação, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, espaços de convivência e de alimentação.

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes (BRASIL, 2014).

A responsabilidade pela regulação do ensino superior federal é do MEC, que regula tanto as IES federais quanto as privadas.

Para regulação das IES e de seus cursos são utilizados os seguintes atos licençatórios:

- Credenciamento da instituição: instituições privadas de ensino superior devem solicitar o credenciamento ao MEC para começar suas atividades. A análise documental e a visitação a IES fazem parte do processo de credenciamento.

- Recredenciamento da instituição: as IES privadas e federais devem solicitar ao MEC o recredenciamento da instituição ao fim de cada ciclo avaliativo do SINAES. O processo de recredenciamento considera a avaliação documental e os indicadores de qualidade resultante do SINAES. Caso a instituição tenha resultado insatisfatório o MEC poderá supervisioná-la, tendo o seu pedido de recredenciamento suspenso
- Autorização de curso: a autorização do MEC é necessária quando a IES deseja abrir um novo curso. É analisada a organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnico administrativo e as instalações físicas.
- Reconhecimento de curso: para um novo curso ser reconhecido é necessário que ele passe por uma segunda avaliação, no momento que a primeira turma atinja entre 50% e 75% da sua carga horária. Somente com o curso reconhecido é que os diplomas serão validados.
- Renovação de reconhecimento de curso: a cada três anos, juntamente com o ciclo do SINAES, este processo deve ser realizado. Considera-se o resultado obtido na avaliação do SINAES, porém, o resultado for insatisfatório, o curso deve ser avaliado in loco, e se preciso for, o MEC iniciará processo de supervisão (BRASIL, 2013).

A ação do poder público se dá de duas maneiras: controle prévio, durante o processo de credenciamento da IES ou da autorização do curso, como também no processo de fiscalização permanente do ensino existente. Com esta avaliação constante é possível também ampliar a oferta de ensino para a sociedade, através de programas de acesso as universidades, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Para que as instituições de ensino superior privadas possam participar destes programas é necessário obter avaliação satisfatória.

A supervisão dos cursos de graduação pode ser originada de denúncias ou representações (de alunos, pais, professores, imprensa ou órgãos públicos) ao encontrar indícios de irregularidades ou deficiências de qualidade.

A supervisão tem como objetivo garantir que as IES ofertem um ensino de qualidade. Para isso adotam medidas de enfoque corretivo e preventivo, ou até mesmo

penalidades, caso a instituição supervisionada deixe de cumprir as ações determinadas pelo MEC. (BRASIL, 2013).

Em relação às possíveis penalidades, a Lei 10.861 melhor explicita o que ocorre com as instituições que não se adequam aos critérios da avaliação. O artigo 10 trata dos resultados insatisfatórios e as medidas a serem tomadas. Se uma IES obtém resultado insatisfatório deve ser adotado o procedimento de elaboração de um protocolo de compromisso entre a instituição de ensino superior e o Ministério de Educação. Este relatório deve conter o diagnóstico da IES, que tipos de ações e processos que a IES deve adotar para ultrapassar as dificuldades encontradas, prazos e metas para o cumprimento das ações previamente definidas e a indicação das responsabilidades de cada dirigente e a criação de uma comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso pela instituição de educação superior.

Caso o protocolo de compromisso não seja cumprido algumas penalidades poderão ocorrer. São elas: a suspensão temporária da abertura de processo seletivo para os cursos de graduação; a cassação da autorização de funcionamento da instituição ou de seus cursos; e em casos de instituições públicas de ensino superior poderá ocorrer uma advertência, suspensão ou perda do mandato do dirigente responsável pela ação que não for executada (BRASIL, 2004).

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo geral**

Conhecer os métodos utilizados pelos órgãos de educação para avaliar uma instituição de ensino em especial sua biblioteca conforme os padrões exigidos pelo MEC. Afim de seu credenciamento ou mesmo reconhecimento institucional para que possa atuar no ramo educacional.

### **Objetivos específicos**

Informar aos profissionais bibliotecários acerca de como se dá a avaliação de critérios dentro da unidade informacional para uma melhor preparação conforme os critérios exigidos.

Apontar os parâmetros essenciais para que se alcance uma boa nota na avaliação.



## **PROBLEMA DE PESQUISA**

Segundo Indicadores do Ministério da Educação as instituições de ensino superior tendem a se aprimorar cada vez mais, devido esse aperfeiçoamento as mesmas precisam passar por uma série de critérios amparada pela lei 10.861/2004 a qual institui o sistema Nacional de avaliação da educação superior criando mecanismos de avaliações.

Dentre diversos critérios está a do papel da biblioteca dentro da mesma, mediante isso questiona-se:

- Quais os reais critérios avaliados pelo MEC dentro das bibliotecas públicas federais?
- Quais as implicações mediante a avaliação para a unidade de informação?
- Qual a relevância da nota obtida para a instituição?

## **METODOLOGIA**

O procedimento utilizado para realização do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, e documental constituída de artigos, livros, dissertações, legislações e sítios da internet, requisito de suma importância quando se trata de atividades acadêmicas que é “[...] desenvolvida com base em materiais já elaborados constituídos principalmente de livros e artigos científicos”.(Gil,2002,p.44).

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.183) “ pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador obter informação sobretudo o que já foi escrito sobre determinado tema....”

A referida pesquisa foi pensada ao participar de estágio na Biblioteca Central da UFPA no ano de 2014 a partir da preocupação ao verificar que alguns exemplares eram insuficientes para atender todos os usuários do curso de Engenharia Elétrica da Instituição e ainda ao verificar a apreensão dos Bibliotecários responsáveis no dia da visita anunciada pelo órgão avaliador.

Foi feita uma análise dos padrões de qualidade da avaliação do MEC em bibliotecas universitárias um dos pontos importantes no processo avaliação sendo feita uma verificação de documentos online como alguns relatórios disponíveis, enviados pelos avaliadores as universidades após a visita in loco.

Foram consultadas leis que embasam o presente trabalho a partir da lei onde estipula a criação do ensino superior até a que estipula a necessidade de avaliação por órgãos responsáveis. Afim de servir como resposta ao problema de pesquisa aqui apresentado.

O universo aplicável para a realização da pesquisa foi das bibliotecas universitárias de instituições públicas federais em geral que oferecem atendimento bibliográfico aos cursos de graduação.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Ao analisar, o contexto histórico, no qual se constituiu a avaliação da educação superior, não podemos deixar de considerar os diversos sistemas de regulação legais e estatais que têm condicionado os diferentes sistemas, modelos ou formas de avaliação, com diferentes concepções históricas, filosóficas, antropológicas e pedagógicas, cuja compreensão exige em relação com as determinadas conjunturas políticas, sociais e econômicas. (AFONSO, 2005)

A avaliação institucional era feita a partir de dez dimensões, descritas a seguir, cada qual com um peso diferente. Os indicadores são as condições necessárias para que a instituição tenha acesso ou permaneça no sistema de ensino superior. Os critérios de avaliação são padrões para juízos de comparação, julgamento ou apreciação de um indicador. Com notas de um a cinco para cada indicador, é exigido no mínimo o conceito três para aprovação na avaliação (OLIVEIRA,2010, p.99). O INEP expõe as dez dimensões, que são:

Avaliação Institucional interna e externa:

1. Missão e [Plano de Desenvolvimento Institucional] PDI
2. Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão
3. Responsabilidade social da IES
4. Comunicação com a sociedade
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo.
6. Organização de gestão da IES
7. Infraestrutura física
8. Planejamento de avaliação
9. Políticas de atendimento aos estudantes
10. Sustentabilidade financeira (BRASIL, 2011).

Segundo SINAES a qualidade do ensino deve estar vinculada a avaliação “como um processo de melhoria da qualidade elevando a eficácia institucional, e conscientizando os envolvidos no cenário educacional a fim de efetivar a cultura

acadêmica e a relevância social no processo de formação profissional” (SCREMIN; AIMI, 2008, p.100).

Ferreira (1980) afirma que “assim como a universidade deve estar voltada para as necessidades educacionais, culturais, científicas e tecnológicas do País, as bibliotecas devem trabalhar visando a esses mesmos objetivos, condicionados as finalidades fundamentais da Universidade”.

Lima (1978) afirma que o planejamento da biblioteca deve ser regular, considerando o universo o qual está inserido. O autor defende que não se pode pensar em planejamento de biblioteca universitária sem se considerar os planos, objetivos e metas das instituições às quais ela está inserida. No entanto, historicamente não é isso que se verifica a falta de objetivos definidos para o ensino universitário provocou, no Brasil, idêntica indefinição dos objetivos de suas bibliotecas. Estatutos e regimentos aludiam, é certo, e sempre de maneira vaga e imprecisa, às finalidades das Instituições e ao papel que a biblioteca deveria desempenhar como suporte às atividades da escola ou faculdade a que pertence. (LIMA, 1978, p. 12).

Segundo Ramos (1999), a avaliação deve se basear em fundamentos voltados para a filosofia da qualidade, por meio da análise da biblioteca, com a identificação de indicadores de avaliação e de qualidade e das ferramentas utilizadas para a gestão da biblioteca universitária em todos os seus aspectos.

Para garantir a qualidade da Educação Superior, o Ministério da Educação baseia suas ações através de três funções: a avaliação, regulação e supervisão, tanto da IES quanto de seus cursos. Este tripé de qualidade somente funciona a partir da avaliação, pois é a partir dos resultados da avaliação de uma IES e de seus cursos que é capaz de encontrar um referencial para a supervisão e regulação (BRASIL, 2013).

Para GATTI (2002) Foi a partir da década de 1960 que surgiu uma preocupação específica acerca dos processos avaliativos “[...] baseados em critérios mais claramente enunciados e em instrumentos que poderiam garantir, até certo ponto, seu nível de realização pelo uso das técnicas chamadas de ‘objetivas’” (GATTI, 2002, p. 20). Estas técnicas objetivas seriam testes para a avaliação do domínio de conhecimentos, que seriam aplicados até mesmo em livros didáticos, de maneira banalizada e sem muita competência, o que caracteriza, neste processo, a expansão do uso de instrumentos de avaliação sem formação de competências para a criação e validação destes instrumentos.

Tavares et al. (2014) buscam analisar os processos de avaliação e de expansão da educação superior após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996. Apontam dois enfoques possíveis para a avaliação da educação. Voltada para a análise quantitativa, busca mensurar desempenho e resultados, criando grupos de excelência. Outra, de caráter qualitativo, procura qualificar as instituições de educação. Estas abordagens são chamadas de classificatória ou regulatória e formativa ou emancipatória, respectivamente (PERRENOUD, 1999; HADJI, 2001 apud TAVARES ET AL., 2014).

Na avaliação dos cursos são utilizadas três categorias, expostas abaixo. Como na avaliação das instituições, os indicadores são os aspectos avaliados e os critérios são os padrões definidos para avaliação (OLIVEIRA, 2010, p. 103).

#### Avaliação dos cursos:

##### 1 Organização Didático-Pedagógica

##### 2 Perfil do Corpo Docente

##### 3. Instalações físicas (BRASIL, 2011).

A avaliação de bibliotecas universitárias pelo MEC tem sido discutida por alguns pesquisadores como, Baptista, Rueda e Santos (2008), Dias e Guerra (2013), Lubisco e Vieira (2008), Oliveira (2002) e Oliveira (2010) em diversos trabalhos acadêmicos, como eventos e publicações em revistas, teses e dissertações.

Baptista, Rueda e Santos (2008) abordam a avaliação da biblioteca universitária pelo MEC a partir da reflexão pessoal dos autores enquanto graduados em universidade pública e com experiência profissional em biblioteca universitária particular. Os autores concluem que deve ser feito um trabalho conjunto entre os profissionais da instituição e a biblioteca universitária, para que possam selecionar materiais diversificados. Já o papel do MEC seria o de avaliar tendo como critério o equilíbrio entre qualidade e quantidade.

Dias e Guerra (2013) traçam um levantamento histórico da relação do ensino e das bibliotecas, chegando até ao atual sistema de avaliação do MEC, o SINAES, mostrando que houve um crescimento na oferta do ensino superior, principalmente do ensino superior privado, estimulando a concorrência entre as instituições, que por isso

devem oferecer os 36 melhores produtos e serviços. Indica que a biblioteca universitária tem papel importante no marketing e na confiabilidade da instituição.

Em análise dos padrões de qualidade da avaliação do MEC para as bibliotecas universitárias, Oliveira (2002) encontra diferenças nos instrumentos de avaliação que impactam na gestão das bibliotecas universitárias. Por mais que seja um trabalho anterior a instauração do SINAES, ainda traz contribuições à discussão atual. Considera que estes padrões de qualidade definidos pelas comissões de especialistas causam impactos nas atividades e na gestão das bibliotecas universitárias, pois estas procuram se enquadrar nos padrões impostos somente para cumprir as exigências do MEC, sem corresponder às exigências reais de uma biblioteca. E que o MEC deveria reconhecer a necessidade da participação dos bibliotecários nos processos avaliativos, para elaboração dos instrumentos de avaliação.

A avaliação institucional é, atualmente, uma questão de extrema importância e relevância para a educação superior. Ela é considerada estratégica para a gestão institucional, pois os resultados das avaliações permitem aos gestores tomar decisões para alcançar mais qualidade institucional. A melhora institucional requer, contudo, conhecimento e análise da realidade externa e interna da instituição (EYANG, 2004).

Para Almeida (2000), a principal função da avaliação é produzir conhecimentos relativos à unidade de informação, a organização em que esta se situa e a seu ambiente, para servir de subsídio ao planejamento tanto na fase de elaboração do plano, programa ou projeto, quanto na fase de implementação das ações. A avaliação possibilita a escolha certa, ou seja, a correta definição dos objetivos no momento da concepção do plano. Na implementação do plano, produz informações que contribuem para a maior produtividade e para a melhoria da qualidade. No final do processo, permite comparar resultados esperados e conseguidos, conhecer o nível de satisfação do público-alvo e os efeitos do planejamento na unidade de informação, na organização e no ambiente. (ALMEIDA, 2000, p. 11).

Os critérios de avaliação utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) mostram o quanto os processos de avaliação devem servir não apenas para identificar problemas, mas também para buscar alternativas de solução. Para Klaes e Pfister (1994), a avaliação deve ser entendida como um processo com instrumentos, objetivos, critérios e metodologia previamente definidos.

Dias Sobrinho (2002) reforça que a avaliação é um instrumento de medida e controle que responde às expectativas de eficiência e produtividade que os Estados

controladores têm a respeito da educação superior. Almeida (2000) considera a avaliação como um processo contextualizado no ciclo administrativo, cujas funções têm, no planejamento, o início de quais resultados se deseja atingir. Assim, a avaliação institucional representa a aplicação dessa teoria no ambiente organizacional da universidade e também na biblioteca.

### **3 A avaliação da biblioteca universitária**

Segundo censo do MEC A busca pela qualificação tem crescido gerando a abertura de inúmeras instituições, que como se pode notar nem sempre se mostram preocupadas com uma boa formação, que realmente faça valer o tripé ensino, pesquisa e extensão.

A educação superior no Brasil é avaliada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que analisa as instituições, os cursos oferecidos e o desempenho de seu corpo discente. É a partir do resultado desta avaliação que é possível a instituição de ensino melhorar sua administração, para que os estudantes e a sociedade em geral tenham conhecimento da situação dos cursos e das instituições e que essas informações obtidas possam servir de embasamento para novas políticas pública a Constituição de 1988, especialmente através da Lei 9 131/95 que, no seu artigo 3º, define que

o Ministério da Educação e do Desporto realizará avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

e do Decreto 2 306/97 que, no seu artigo 14, estabelece que:

A autorização e o reconhecimento de cursos e respectivas habilitações e o credenciamento das instituições de ensino superior do Sistema Federal de ensino, organizadas sob

quaisquer das formas previstas neste Decreto, serão concedidos por tempo limitado, e renovados periodicamente após processo regular de avaliação.

O sistema atual de informação, avaliação e supervisão, direcionado para assegurar a qualidade da educação superior brasileira, engloba instrumentos e procedimentos de avaliação variados, que objetivam verificar tanto os resultados dos processos de ensino aprendizagem, de aquisição de habilidades e capacitação em curso nas instituições de ensino superior, quanto as condições infra estruturais, didáticas e pedagógicas que, de fato, estão sendo postas à disposição da sociedade, por essas instituições, quando da oferta dos cursos superiores. Dessa forma, tem sido possível aferir, nos últimos anos – e pela primeira vez, no país –, a situação real do ensino superior brasileiro, seja por meio do exame nacional a que se submetem os concluintes dos principais cursos de graduação, seja por uma supervisão que, além do exame de documentos fiscais, e acadêmicos das IES, inclui visitas de verificação e de avaliação às próprias instituições, ou ainda por intermédio da coleta anual de informações empreendida pelo Censo da Educação Superior.

A biblioteca universitária, que se constitui como suporte ao ensino, possui a função de prover a infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional de apoio as atividades desempenhadas pela universidade. A biblioteca está classificada na dimensão infraestrutura na metodologia do INEP para avaliação dos cursos, como se pode ver na Seção II (Do Credenciamento e Recredenciamento de Instituição de Educação Superior), Subseção I (Das Disposições Gerais) do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 (BRASIL, 2006), e mais especificamente no item VII do artigo 16 do mencionado decreto:

[...] VII – infra estrutura física e instalações acadêmicas, especificando: a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROM e



assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos. (BRASIL, 2006).

A Lei nº 9.394/96 da LDB (de Diretrizes e Bases), incluída no inciso IX do artigo nove, estabelece, como função da União, autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e fazer uma avaliação dos cursos das instituições de educação superior e dos estabelecimentos do Sistema Federal.

Em especial, a avaliação de bibliotecas é formalizada através de um indicador que detém 50% dos pontos referentes à categoria “Instalações físicas”, categoria à qual é atribuída 25% da pontuação das categorias (INEP, 2006). Neste sentido, observa-se que a avaliação de bibliotecas é de suma relevância na constituição do conceito final das avaliações de cursos de Graduação, devendo ser objeto de pesquisa de Instituições de Educação Superior e das coordenações dos cursos de graduação.

A avaliação Institucional para fins de credenciamento de Centros Universitários e Universidades e a Avaliação das Condições de Ensino, passaram a integrar as atribuições do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), permanecendo sob a responsabilidade da SESU, a verificação das potencialidades reais para credenciamento de novas instituições de ensino superior e para a consequente autorização inicial para a organização didático-pedagógica da IES/curso.

A biblioteca universitária está inserida na dimensão de número 7, Infraestrutura física, que analisa a infraestrutura voltada para o ensino e a pesquisa, a biblioteca e os recursos de informação e comunicação.

o SINAES é o órgão responsável por avaliar as instituições de ensino foi oficializado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), e regulamentado pela Portaria MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004 (BRASIL. Ministério da Educação, 2004). Na tentativa de buscar cumprir suas finalidades, o SINAES apresenta como princípios fundamentais: responsabilidade social com a qualidade da educação superior; reconhecimento da diversidade do sistema; respeito à identidade, à missão e à história das instituições;

É importante ressaltar que o SINAES avalia a biblioteca a partir da perspectiva da avaliação da IES e da avaliação dos cursos, logo a biblioteca possui critérios

diferentes em cada avaliação. O SINAES avaliava a instituição de ensino a partir de dez dimensões, que hoje equivalem a cinco eixos, dentre elas as instalações físicas, incluindo o espaço da biblioteca. A seguir encontra-se o eixo 5.9 ao 5.11, que trata da avaliação das bibliotecas e serviços, com os seguintes itens a serem avaliados:

Quadro 1 - 5.9 Biblioteca: Infraestrutura física

Conceito 1	Quando não existe infraestrutura física para biblioteca.
Conceito 2	Quando a infraestrutura física atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.
Conceito 3	Quando a infraestrutura física atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos

	administrativos e plano de expansão física.
Conceito 4	Quando a infraestrutura física <u>atende muito bem</u> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.
Conceito 5	Quando a infraestrutura física atende de maneira <u>excelente</u> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos e plano de expansão física.

Fonte: BRASIL, 2014

O quadro 1 trata da infraestrutura física da biblioteca, analisando se a acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza, segurança e acessibilidade atendem satisfatoriamente o número de usuários e se contribuem para a boa conservação do

acervo. Esse item também verifica os ambientes para estudos individuais e em grupos e o ambiente destinado para o pessoal técnico administrativo.

Quadro 2 – 5.10 Biblioteca: Serviços e informatização

Conceito 1	Quando não existem serviços e informatização da biblioteca.
Conceito 2	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira <u>insuficiente</u> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
Conceito 3	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira <u>suficiente</u> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
Conceito 4	Quando os serviços da biblioteca atendem <u>muito bem</u> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva),

	informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
Conceito 5	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira <u>excelente</u> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.

Fonte: BRASIL, 2014.

No quadro 2, encontra-se critérios que abordam a informatização e os serviços da biblioteca. Avalia a informatização do acervo e serviços, como a consulta e reserva via internet, os bancos de dados e os relatórios de gestão. Além de avaliar os profissionais da Biblioteconomia e o horário de funcionamento da biblioteca.

Quadro 3 – 5.11 Biblioteca: Plano de atualização do acervo

Conceito 1	Quando não existe plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital).	
Conceito 2	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.	
Conceito 3	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira suficiente às	

	necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.	
Conceito 4	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.	
Conceito 5	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) implantado atende de maneira <u>excelente</u> às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.	

Fonte: BRASIL, 2014.

O quadro 3 explicita a avaliação do plano de atualização do acervo, tratando da alocação dos recursos e da concordância com o plano de desenvolvimento da instituição, tanto no acervo físico quanto no acervo eletrônico e digital.

Ao avaliar os cursos das IES, o sistema de avaliação do INEP faz uso de três dimensões. A biblioteca também está inserida na dimensão três de instalações físicas. Abaixo estão expostos os conceitos e critérios para cada categoria de avaliação de autorização de cursos de graduação em bacharelado e licenciatura.

#### Quadro 4 - 3.2.1 Livros da bibliografia básica

Conceito 1	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na
------------	---

	<p>proporção de um exemplar para até seis (6) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>
<p>Conceito 2</p>	<p>Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até oito (8) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>
<p>Conceito 3</p>	<p>Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, em quantidade suficiente, na proporção de um exemplar para até dez (10) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias) e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>
<p>Conceito 4</p>	<p>Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, na proporção de um exemplar para mais de dez (10) alunos, previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de 3 bibliografias), ou não está adequadamente atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>

Conceito 5	Quando o acervo atende aos programas das disciplinas dos dois primeiros anos do curso, na proporção de um exemplar para mais de quinze (15) alunos previstos para cada turma, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica.
------------	--

Fonte: BRASIL, 2010.

No quadro 4, que trata da bibliografia básica de um curso, é estabelecida a quantidade ideal de exemplares dos itens da bibliografia básica de um curso, focado nos dois primeiros anos do curso de graduação.

#### Quadro 5 - 3.2.2 Livros da bibliografia complementar

Conceito 5	Quando o acervo atende, plenamente, as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
Conceito 4	Quando o acervo atende, adequadamente, as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
Conceito 3	Quando o acervo atende, suficientemente, as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
Conceito 2	Quando o acervo atende, insuficientemente, as indicações bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
Conceito 1	Quando o acervo não (ou atende de maneira precária) atende as indicações



	bibliográficas complementares, referidas nos programas das disciplinas.
--	---

Fonte: BRASIL, 2010.

O quadro 5 aborda os livros da bibliografia complementar, analisando se o acervo atende satisfatoriamente ao que é indicado na bibliografia complementar dos cursos, porém não estabelece o que seria satisfatório ou precário.

#### Quadro 6 - 3.2.3 Periódicos especializados

Conceito 5	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas do curso e a maioria deles assinados nos últimos três anos.
Conceito 4	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas do curso e a maioria deles assinados nos últimos dois anos.
Conceito 3	Quando existe assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas do curso e a maioria deles assinados no último ano.
Conceito 2	Quando os periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada, atendem, de maneira insatisfatória, as

	principais áreas do curso.
Conceito 1	Quando os periódicos especializados, sob a forma impressa ou informatizada, não existem, ou atendem precariamente as demandas do curso

Fonte: BRASIL, 2010.

O quadro 6 trata dos periódicos especializados, examinando a assinatura de periódicos, observando seu formato, área de assunto e atualização. Os critérios de análise parecem pouco claros e deixam margem à interpretação pessoal do avaliador, ao definir os conceitos de 1 a 5 a partir do que “não atende/não existe” e “atende satisfatoriamente”, porém não fica exposto de maneira clara o que seria isso exatamente.

Na avaliação das bibliotecas, são abordados aspectos como o espaço físico, condições de armazenagem do acervo, as condições de estudos e a informatização. Tendo uma visão mais ampla das funções da biblioteca, o foco encontra-se nas coleções, avaliando-se a bibliografia básica, complementar e a relação de periódicos disponíveis. Entende-se que isso aconteça já que não há necessidade de avaliar novamente aspectos comuns a todos os cursos, como o espaço físico da biblioteca e que avaliando um curso específico é necessário estabelecer um critério quantitativo em relação às bibliografias de cada curso, já que possuem bibliografias distintas e quantidade de alunos diferentes.

Todo acervo deve atender a toda bibliografia básica/complementar estabelecida nos planos de ensino das unidades de estudo e assim conter livros de formação geral, de formação específica, periódicos, bases de dados específica, jornais e revistas. Isso quer dizer que se uma biblioteca universitária possuir a bibliografia básica e complementar que é indicada pelos coordenadores e docentes de curso, em geral, é considerada apta e praticamente alcançará a nota para aprovação na avaliação do MEC.

É função da biblioteca apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão de acordo com o plano pedagógico dos cursos da faculdade.

#### **4 Considerações Finais**

Ao me aprofundar na pesquisa deste assunto percebi que a avaliação busca considerar diferentes aspectos para alcançar uma visão completa das universidades e cursos, desde o desempenho dos alunos à avaliação externa (*in loco*), mesmo a auto avaliação da Instituição, outro ponto a destacar é a recente mudança no instrumento de avaliação das IES, avaliação essa que tem suas regras e pontuações conforme tabela já afixada neste material, o que mostra uma tentativa de aprimorar a atual avaliação.

Conclui, a importância da avaliação nas bibliotecas universitárias estando esta contribuindo para a capacitação do meio acadêmico no uso de recursos informacionais, bibliográficos e documental disponíveis.

Espero que esta pesquisa sirva como embasamento aos interessados de como se dá as verificações *in loco* organizadas pelo MEC conforme tabelle estabelecida pelos mesmos e ainda os critérios avaliados para que a IES possa organizar-se melhor afim de alcançar juntamente com o curso a nota mínima para aprovação e a máxima para um melhor reconhecimento da instituição, trazendo assim benefícios a si próprio e conseqüentemente para os usuários.

A avaliação da biblioteca é de grande importância, pois ela não se resume em apenas quantificar os serviços oferecidos. É preciso mensurar os dados quantificados transformando esses em dados qualitativos visando à melhoria da biblioteca para que ela possa atender às necessidades da comunidade acadêmica e firmando a biblioteca cada vez mais como membro necessário dentro da universidade oferecendo sempre uma melhor estrutura física e informacional.

Na oportunidade não posso deixar de informar que obtive uma grande dificuldade ao tentar fazer pesquisa de campo, ao entrar em contato com diversas universidades verifiquei a apreensão dos gestores em relação ao tema apresentado que apesar de se apresentarem como defensores da Lei de

acesso a informação (lei 12.527 de 18 de novembro de 2011) não a fazem cumprir.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. Brasília, DF: Brique de Lemos Livros, 2000

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; BEZERRA, Neiliane Alves. Avaliação da qualidade das bibliotecas universitárias e rendimento dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE): estudo de caso da Universidade Federal do Ceará (UFC). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <[http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/final\\_384.pdf](http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/final_384.pdf)> Acesso em: 07 out. 2017.

BAPTISTA, Rafael; RUEDA, Daniela; SANTOS, Nadia Bernuci. A biblioteca universitária no contexto das avaliações do MEC: uma reflexão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, UNESP, UNICAMP, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3274.pdf> . Acesso em: 03 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 28 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/lei/110.861.htm)> : Acesso em 28 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. 2013. Disponível em: <

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12303:sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes-&catid=270:sinaes&Itemid=609](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12303:sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes-&catid=270:sinaes&Itemid=609)> Acesso em: 10 jul. 2017.

BARCELOS, BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. 2013. 10 jul. 2016.

Maria Elisa Americano do Sul; GOMES, Maria Lúcia Barcelos Martins. Preparando sua biblioteca para avaliação do MEC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2004, Natal. **Anais eletrônicos...**Natal: UFRN, 2004.

Disponível

em:<<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/495/1/PREPARANDO%20SUA%20BIBLIOTECA%20PARA%20AVAL%20C3%87%20C3%83O%20DO%20MEC.pdf>>.

Acesso em: 04 set.2017.

BESE, Regina Macedo Boaventura. Um breve histórico da avaliação institucional no Brasil. **Revista Gestão Universitária**, n. 138,2007.

Disponível em:

<[http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=496:um-breve-historico-da-avaliacao-institucional-no-brasil&catid=100:138&Itemid=21](http://www.redemebox.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=496:um-breve-historico-da-avaliacao-institucional-no-brasil&catid=100:138&Itemid=21)>.

Acesso em: 04 set. 2017.

DIAS, Edna Maria Leite; GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque. O ensino superior e as fragilidades das bibliotecas universitárias: uma análise à luz da avaliação do SINAES. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: UFMA, 2013. Disponível em:<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15impassesedesafiosdaspolicasdeeducacao/pdf/oensinosuperioreasfragilidadesdasbibliotecasun> Acesso em: 03 out. 2017.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e educação: técnica e ética. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, D. (Orgs.). Avaliação democrática: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002. p. 37-68.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. Participação do bibliotecário nas comissões de avaliação do Ministério da Educação (MEC) nos processos de reconhecimento de cursos de graduação. **Biblos**, Rio Grande, RS, v. 18, p. 169-178, 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/90/43>> Acesso em: 02 out. 2017.

EYANG, A. M. A avaliação como estratégia na construção da identidade institucional. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES*, Campinas, v. 9, n. 3, p. 152, set. 2016.

FERREIRA, L. A. Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas. São Paulo: Pioneira, 1980. p. 7.

GATTI, Bernardete Angelina. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 1, v. 4, p. 17-41, 2002. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71540102>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KLAES, R. R.; PFITSCHER, E. F. Ainda e sempre a questão da integração biblioteca e universidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 8., 1994, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP, Biblioteca Central, 1994. p. 289-300.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas (Organizadoras). Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho: documento final consolidado a partir das contribuições dos Grupos de Trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira. In: SEMINÁRIO AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA, 1., 2008, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/588/3/Biblioteca%20universitaria%20brasileira>> Acesso em: 29 set. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, E. **A biblioteca no ensino superior**. Brasília: CAPES, 1978.

OLIVEIRA, N. M. A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 207-221, 2002.

OLIVEIRA, J. G. Processo de avaliação do INEP/MEC de bibliotecas universitárias pertencentes às instituições de educação superior privadas de Belo Horizonte. 2010. 282f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/18.pdf>> Acesso em: 6 set. 2016.

PORTAL DO MEC, Ministério da educação. Disponível em:< [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=77151-relatorio-indicadores-da-rede-federal-2016-pdf&category\\_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77151-relatorio-indicadores-da-rede-federal-2016-pdf&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014. Disponível em:<<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5D>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SCREMIN, Greice; AIMI, Daniela da Silva. Qualidade na educação: conceitos e visões. Políticas Educativas, Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 91-103, dez. 2008. Disponível em:< <http://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/18355>> . Acesso em: 15 set. 2017.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros et al. A relação expansão-avaliação da educação superior no período pós-LDB/1996. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 8, n.1,p.92-105,maio 2014Disponível em:<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1014/316>> Acesso em: 24 out. 2017.